



Imigração japonesa no Peru e no Brasil: motivações, dificuldades e assimilação

Aline de Sá Cotrim

Mestranda do PPGHCS

COC/FIOCRUZ

adscotrim@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo comparar as motivações e as principais características dos imigrantes japoneses que se estabeleceram no Peru, a partir de 1898, e no Brasil, a partir de 1908, considerando os problemas de integração e os mecanismos de adaptação às sociedades dominantes. Para isso farei uso de algumas das pesquisas feitas pelo sociólogo Hiroshi Saito (1919-1983), onde ele procurou investigar a maneira como se dava as relações entre os imigrantes japoneses e as sociedades peruana e brasileira através do conceito de assimilação, principalmente. Ao final da análise, concluiu-se que as motivações, as dificuldades e os mecanismos de adaptação foram parecidos dois países. Contudo, a composição da família imigrante japonesa no Brasil foi determinante para o seu processo de assimilação no país.

Palavras-chave: assimilação; imigração japonesa; Hiroshi Saito; Peru; Brasil.

Abstract

This paper aims to compare the motivations and the main characteristics of Japanese immigrants who settled in Peru, from 1898, and in Brazil, from 1908, considering the problems of integration and the mechanisms of adaptation to the dominant societies. To do so, research carried out by sociologist Hiroshi Saito (1919-1983) was used, in which he sought to investigate the way relations among Japanese immigrants and Peruvian and Brazilian societies developed, mainly, through the concept of assimilation. After the analysis, this paper concludes that the motivations, difficulties and coping mechanisms were similar in both places. However, the composition of the Japanese immigrant family in Brazil was crucial to their assimilation process in the country.

Key-words: assimilation; Japanese immigration; Hiroshi Saito; Peru; Brazil.

Introdução

A imigração japonesa começa no Brasil em 1908 com a chegada do navio Kasato-Maru no Porto de Santos (SP) em 18 de junho (COMISSÃO, 1992). No entanto, a emigração de japoneses havia



começado algumas décadas antes, que tinham como objetivo trabalhar em outros países, acumular recursos e retornar para o Japão. Ou seja, essas emigrações seriam temporárias, e muitos japoneses reemigraram inúmeras vezes, principalmente para o Havaí, conforme houvesse a necessidade de dinheiro. Esse processo de emigração não se resumia a uma decisão individual, ele fazia parte de um programa de governo. O Japão a partir da década de 1860 sofria com uma altíssima taxa de densidade demográfica e de desemprego, principalmente no meio rural, e com o desenvolvimento industrial de sua economia. A imigração de sua população para outras partes do globo foi uma das soluções encontradas pelo governo japonês para que o país não entrasse em colapso econômico e populacional (SAKURAI, 2000).

Os principais destinos dos japoneses, inicialmente, eram das ilhas do Havaí e os Estados Unidos da América. Contudo, outros países do continente receberam imigrantes japoneses, sendo os principais deles o Brasil e o Peru, que tinham políticas de imigração consideravelmente diferentes. Apesar das semelhanças no que se tratava dos baixos salários e nas condições de recebimento destes estrangeiros, as diferenças teriam sido determinantes no processo de assimilação dos japoneses nas respectivas sociedades. A principal diferença estava na exigência da entrada de famílias imigrantes pelo governo brasileiro, que desejava povoar o país, além de conseguir mão-de-obra barata para as plantações de café no interior do estado de São Paulo. No Peru, não havia este primeiro objetivo, permitindo assim a entrada de homens japoneses solteiros para trabalhar nas suas fazendas de cana-de-açúcar no litoral (SAITO, 1958; SAITO, 1973).

O objetivo deste artigo é comparar os dados das experiências imigratórias dos japoneses nestes dois países da América do Sul, o Peru e o Brasil, a partir das informações trazidas pelos estudos do sociólogo Hiroshi Saito. Para isso, farei uma apresentação sobre quem foi Saito e as suas principais publicações, para em seguida tratar da imigração japonesa. Ao trazer um pouco da história deste processo, busco mostrar como nem o Brasil, nem o Peru eram as primeiras opções destes imigrantes, principalmente pelas dificuldades que eles previam existir nestes locais e foram comprovadas após o início do processo de imigração para estes países. Após apresentar as histórias e características destes processos nos dois países, comparo os seus dados, conforme trazidos por Saito, procurando identificar semelhanças e diferenças, e os motivos para tal, nos seus processos de assimilação às suas respectivas sociedades.

Os imigrantes japoneses nos trabalhos de Hiroshi Saito

Apresentamos, portanto, um pouco da vida e da produção do sociólogo Hiroshi Saito, que nasceu em Uriuno, no Japão, onde fez o curso primário e parte do ensino médio. Ele planejava entrar para a carreira militar quando sua família decidiu-se mudar para o Brasil em busca de melhores oportunidades de vida. O avô de Saito possuía terras e o seu pai era funcionário público, no entanto, a família sofreu com os efeitos da crise econômica de 1929 e eles perderam boa parte das terras (CASTRO, 1994). No



Brasil, a família se estabeleceu na Fazenda Fonseca, no município de Serra Azul (SP), próximo a Ribeirão Preto (CASTRO, 1994, pp. 50). Entre 1933 e 1935, Saito fez um curso de extensão na Escola Agrícola M'Boy, em São Paulo, que era tida como “assimilacionista” e objetivava formar uma elite técnica especializada para administrar as colônias agrícolas dos imigrantes japoneses. Ela ensinava história e geografia do Brasil, português, japonês, legislação e contabilidade agrícola, artes militares, agricultura em geral e outras disciplinas (TANIGUTI & JESUS, 2012, pp.14-15).

No início da década de 1940, Saito conhece o sociólogo Emilio Willems (1905-1997), de quem foi informante em algumas pesquisas (NOGUEIRA, 1983; CASTRO, 1994), e publicou em coautoria o artigo *Shindô-Renmei: um problema de aculturação* (1947). Este tratava de uma associação japonesa que defendia fidelidade total ao imperador, a restauração das escolas japonesas (extintas durante o Governo Vargas), a construção de uma grande Ásia Oriental que respondesse ao Japão, e acreditava que o país de origem havia ganhado da Segunda Guerra Mundial (WILLEMS & SAITO, 1947). Em 1947, Saito entra como aluno na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), onde se forma em 1951. Ele fez o mestrado em Ciências Sociais entre 1954 e 1956, sob a orientação de Donald Pierson (1900-1995), na mesma instituição, e defendeu o doutorado em economia, em 1960, na Universidade de Kobe, no Japão. Saito tinha um papel ativo na comunidade japonesa fora da academia, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, em 1965 (NOGUEIRA, 1983).

Um dos livros mais conhecidos do sociólogo é *O Cooperativismo na Região de Cotia: estudo de transplantação cultural* (1956), que possui uma introdução de Donald Pierson e uma segunda edição de 1964. O livro traz uma pesquisa realizada por meio de entrevistas e análise de dados e o objetivo é investigar a maneira como o cooperativismo, foi trazido da cultura japonesa para a brasileira, e implantado na colônia japonesa de Cotia, SP. Ele analisa o sistema de cooperativismo no Japão, trata das condições de estabelecimento dos imigrantes após a chegada ao Brasil, as relações com moradores locais da região de Cotia, as mudanças dos padrões culturais, e busca fazer um histórico da implantação da cooperativa. Na segunda edição, permanece a preocupação com as mudanças na interação social, focada nas transformações da comunidade, como as inovações econômicas e agrícolas, o crescimento da região e a progressiva integração no contexto nacional.

Saito publicou também o livro *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação* (1961), uma análise abrangente dos processos de mobilidade e estabelecimento dos japoneses no país com base em estudos etnográficos, compilação de observações e dados coletados em diversas pesquisas de campo feitas por ele. Ao longo deste trabalho, ele trata dos aspectos gerais da adaptação do imigrante japonês no Brasil, especialmente a adaptação física e ao meio, que teria auxiliado a mobilidade social, espacial e de ocupacional destes indivíduos no Brasil. Esta mobilidade, segundo Saito, seria uma comprovação da assimilação destes imigrantes à sociedade brasileira, visto que o mesmo processo poderia ser encontrado



entre os brasileiros na década de 1950¹.

Além destes dois livros, essenciais para entender a imigração japonesa no Brasil e no mundo, há ainda o livro *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*, organizado por Saito e Takashi Mayeama, em 1973. O trabalho possui artigos de vários cientistas sociais brasileiros e japoneses, como Arlinda Rocha Nogueira, Tomoo Handa, Zempati Ando, Teiiki Suzuki, Ruth Cardoso, Seiichi Izumi e Egon Schaden. Os textos são sobre temas que circundam a imigração japonesa no Brasil, como a sua história, o desenvolvimento econômico dos grupos imigrantes, a religião, a adaptação, entre outros, além de artigos que comparam a aculturação de alemães e japoneses no Brasil. É neste livro se encontra o trabalho de Saito comparando os dados sobre a imigração japonesa no Brasil e no Peru, e que será analisado mais a frente.

Em todos estes trabalhos, Saito tinha uma preocupação principal em comum: o processo de assimilação dos imigrantes japoneses no Brasil e em outros lugares do mundo. Como eles estavam sendo integrados à sociedade brasileira, os traços culturais que estariam abandonando para tal e os que estavam adotando. Saito define que o processo de assimilação seria a:

Transformação em que a comunidade, caracterizada no início pela reconstituição de elementos e padrões japoneses, passa depois a vincular-se intimamente à sociedade dominante, apresentando simultaneamente o caráter de ambas as culturas.²

Assim, o indivíduo que passou pelo processo de assimilação teria marcas das duas culturas com as quais teve contato intenso, mesmo que a cultura hegemônica estivesse mais presente no seu dia-a-dia, criando-se, desse modo, praticamente uma nova cultura. Este processo aconteceria de formas distintas entre as diferentes gerações de imigrantes, pois para a população mais nova ele seria menos difícil, visto que ela teria menos contato com a sua cultura de origem e menos traços para serem abandonados. Assim, quanto mais jovem fosse a população imigrante, maior seria o seu nível de assimilação à sociedade local, conforme Saito identifica acontecer no Brasil, mas não no Peru. Para chegar a estas comparações e conclusões, o sociólogo apresenta no início de seus trabalhos um panorama histórico da imigração japonesa, com os focos determinados para cada estudo, assim como apresentamos a seguir.

Breve história da imigração japonesa

A emigração no Japão começa após a Restauração de Meiji, em 1868, movimento que trouxe mudanças significativas na sociedade japonesa em diferentes áreas, mas especialmente no campo político

¹ Donald Pierson ao resenhar o livro afirma que ele revelava “a vantagem metodológica de serem combinadas, em trabalhos de pesquisa, a intimidade e a objetividade” (1961, pp. 165). O primeiro lhe traria a experiência (visto que Saito era um imigrante japonês), e o segundo traria o olhar realista perante a sociedade adquirido em seus anos de estudos. Ao fazer um breve resumo do livro, Pierson destaca que as generalizações se baseariam na análise de casos concretos, e as mesmas ganham valor por ter sido o próprio autor quem realizou as pesquisas empíricas.

² SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961, pp. 212.



e econômico. O Japão, que até então tinha pouco contato com o restante do mundo, é introduzido no circuito mundial capitalista, e passa por processos de modernização, industrialização e urbanização de sua sociedade e instituições, acompanhados de reformas sociais e econômicas. Não cabe aqui entrar nos detalhes destas mudanças, apenas destacar que uma de suas consequências foi a diminuição da oferta de empregos e terras disponíveis para a população rural, levando o governo japonês a incentivar a emigração temporária para outros países. Emigração esta que também incentivava trocas comerciais e acordos diplomáticos entre os países envolvidos, fortalecendo a inserção do Japão no cenário internacional. (COMISSÃO, 1992; SAKURAI, 2000).

Oficialmente a primeira emigração de japoneses foi em 1883, quando 37 trabalhadores foram para a Austrália pescar pérolas. Contudo, o movimento emigratório só ganha força com o início da ida de trabalhadores para o Havaí, em 1886. A maioria dos imigrantes era de origem pobre e objetivava trabalhar e enviar parte do dinheiro que acumulasse para suas famílias que ficaram no Japão. Estima-se que nos dez primeiros anos da emigração para o Havaí, foi enviado cerca de 2,6 milhões de dólares para as famílias que ficaram. Essa quantia aumenta para 2,5 milhões de dólares somente no ano de 1915. Isso mostra que emigração destas pessoas concretizou um dos objetivos do governo japonês: suavizar as tensões sociais nas regiões rurais do país após a diminuição dos postos de trabalhos disponíveis nestes locais por conta da mecanização das atividades agrícolas. Em 1898, os imigrantes japoneses representavam 40% da população do Havaí, imigrantes estes que passam a emigrar também para os Estados Unidos e para Canadá ainda no século XIX, especialmente após a anexação do território havaiano pelo governo norte-americano em 1898. (COMISSÃO, 1992).

Quando a imigração para o Havaí, e posteriormente para os Estados Unidos e Canadá, se inicia, os japoneses tinham por objetivo trabalhar nos países adotivos temporariamente para acumular capital e voltar para o Japão com a possibilidade de ter melhores condições de se sustentar. No entanto, quando o mesmo acontece na América Latina o resultado não é o esperado, visto que os salários eram mais baixos, e as condições de trabalho e recepção eram de qualidades inferiores. Portanto, ao comparar as suas experiências nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, havia uma falsa expectativa por parte dos imigrantes japoneses do que poderia ser alcançado na imigração temporária no segundo país. (SAITO, 1961, pp. 21).

No entanto, em 1907, os Estados Unidos e o Japão assinam o Gentlemen's Agreement, onde o governo japonês se comprometia a limitar a quantidade de passaportes que seriam expedidos para emigrantes que tivessem o objetivo de migrar para o país norte-americano. A medida foi assinada por conta de problemas que estavam ocorrendo pelo inchamento de mão-de-obra em algumas regiões dos Estados Unidos em virtude da grande quantidade imigrantes orientais. Com o acordo, o número de imigrantes diminuiu, mas o país continua a receber imigrante nipônicos, aumentando o número de incidentes pela falta de empregos, obrigando o governo norte-americano a proibir, em 1925, a imigração de japoneses para o seu território. (SAITO, 1958, pp. 16). Assim, pelos problemas sociais e econômicos

pelos quais o Japão passava e a falta de possibilidade de imigrar para outros locais, o Brasil se torna o país que mais recebeu estes imigrantes, a partir de 1925, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 1 - Emigração japonesa para o além-mar segundo os principais destinos (1885-1955)

| Destinos Períodos | Países Latino-americanos (exceto Brasil) | Havaí, Estados Unidos e Canadá | Ilhas do Pacífico | Brasil |
|----------------------|---------------------------------------------|--------------------------------|-------------------|---------|
| 1885-90 | 16.815 | | | |
| 1891-95 | 20.429 | | | |
| 1896-1900 | 60.268 | 1.314 | 791 | |
| 1901-05 | 34.292 | 7.658 | 3.495 | |
| 1906-10 | 52.965 | 3.515 | 14.738 | 1.714 |
| 1911-15 | 16.624 | 8.484 | 5.161 | 13.371 |
| 1916-20 | 19.911 | 12.713 | 8.656 | 13.576 |
| 1921-25 | 14.072 | 5.936 | 3.691 | 11.350 |
| 1926-30 | 5.311 | 20.400 | 10.429 | 59.564 |
| 1931-35 | 1.022 | 12.860 | 4.424 | 72.661 |
| 1936-40 | | 14.776 | 3.491 | 15.473 |
| 1941-45 | | 520 | 294 | 1.277 |
| 1946-50 | | | ----- | ----- |
| 1951-55 | | | 987 | 7.751 |
| Total | 241.709 | 88.176 | 56.157 | 196.737 |

Fonte: Dados Estatísticos do Ministério de Relações Exteriores do Japão (in SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961, pp. 23).

Em 1908, na primeira leva, chegaram ao país 781 imigrantes encaminhados para fazendas do estado de São Paulo, cujo governo financiava parte das viagens até 1921. De acordo com Saito, a imigração para o Brasil se diferenciaria da de outros países citados por três motivos principais: primeiro, aqui entraram famílias de imigrantes, e não homens solteiros, por questões de imposição do governo brasileiro. Segundo, como a viagem para o Brasil era mais longa e devia-se vir com famílias inteiras, o custo era maior, portanto, a imigração para o país não era viável para emigrantes de classe baixa, sendo a maioria que aqui chegou originária de classe média rural. E, por fim, a imigração de japoneses para o Brasil só ganha força com a proibição da sua entrada nos EUA, em 1925, e, conseqüentemente, com o



incentivo do governo japonês para a mudança de destino de seus emigrados (SAITO, 1958b).

A partir de 1925, o subsídio para as viagens para o Brasil passa a ser dado pelo governo japonês, no mesmo ano em que a imigração japonesa passa a ser proibida nos Estados Unidos. Dessa forma, segundo Saito, “o ano de 1925 marcou para o Japão a mudança da política emigratória passiva para ativa”, isso porque o Brasil deixou de ser considerado apenas um “destino de trabalhadores emigrantes que absorve parte do excedente demográfico”, para também se tornar um mercado de investimentos (SAITO, 1961, pp. 34-35). Não é atoa que os próximos sete anos seriam os mais intensos da entrada de imigrantes japoneses no território brasileiro, até a aprovação da lei de cotas no país em meados da década de 1930, limitando a entrada de imigrantes.

Na América do Sul, o principal país que recebeu imigrantes japoneses, além do Brasil, foi o Peru, que começou a receber trabalhadores nipônicos em 1898. Eles tinham trabalhos assalariados em grandes plantações de cana e algodão (assim como acontecia no Havaí) e imigravam em caráter temporário, em geral, sem suas famílias, sendo a maioria homens. (SAITO, 1961, pp. 24-25). Em 1923, a entrada de imigrantes japoneses foi proibida no país, por conta da grande instabilidade dos trabalhadores nipônicos que não permaneciam no mesmo lugar por muito tempo e por uma crise da economia cafeeira. A partir disso, só era permitida a entrada de parentes por meio de carta de chamada, sendo o mais comum a entrada de noivas num sistema semelhantes ao Picture Brides, que acontecia nos Estados Unidos (SAITO, 1973, pp. 524).

A experiência de imigração dos japoneses no Peru e no Brasil

Ao comparar os processos de assimilação dos imigrantes japoneses no Peru e no Brasil, Saito encontra algumas semelhanças e diferenças. Ele foca seu artigo, publicado em 1973 no livro organizado por ele & Mayeama, nas formas de migração, nos aspectos demográficos, nos setores da economia onde os japoneses estariam em maior quantidade e na estrutura da comunidade étnica japonesa nestes países. Estes imigrantes, tanto no Peru como no Brasil, chegaram com o intuito de se dedicarem temporariamente ao trabalho assalariado no meio rural. Sendo assim, nos dois países havia o objetivo de retorno à terra natal e a tentativa de acúmulo rápido de recursos para tal.

No Peru, estes imigrantes eram contratados para trabalharem em grandes plantações de cana de açúcar da região costeira com salários baixos. Os japoneses imigravam sem suas famílias, pois o objetivo era o acúmulo rápido de dinheiro e o retorno para o país natal. No entanto, os salários eram muito baixos, e logo muitos abandonaram as fazendas e mudaram-se para centros urbanos, especialmente na região Lima-Callao, onde passaram a se dedicar ao pequeno comércio (SAITO, 1973, pp. 524). Os imigrantes japoneses no Brasil também foram contratados para trabalhar em plantações agrícolas, mas de plantações de café, em sua maioria no estado de São Paulo e com o status de colonos. Além disso, eles imigraram com suas famílias, por exigência do governo brasileiro e a corrente foi ininterrupta e crescente até 1934



(SAITO, 1973, pp. 524-525).

De acordo com Saito, esta exigência do governo brasileiro determinava que cada família precisaria ter pelo menos três pessoas entre 12 e 40 anos, que seria a idade ideal para o trabalho. Esta regra acabou gerando a criação das chamadas “famílias compostas”, que seriam formadas por pessoas que não necessariamente eram parentes, isto é, desmembravam-se famílias no Japão para formar novas, artificiais (SAITO, 1956). Assim, os grupos imigravam com o máximo de pessoas aptas para o trabalho possível, agilizando o acúmulo de dinheiro e possibilitando o retorno rápido para o Japão e para suas famílias originais. A partir das experiências que haviam nos Estados Unidos, Havá e Canadá, acreditava-se que a imigração breve e temporária era possível também em outros locais, contudo, as condições de trabalho encontradas no Brasil eram muito diferentes, e poucos foram aqueles que conseguiram retornar³. Esta prática das “famílias compostas” desmembrou muitas famílias no Japão, e com o passar dos anos e o sonho do retorno estando cada vez mais distante, algumas destas famílias se tornam “reais” e outras se separaram (SAITO, 1956; SAITO, 1960a).

Além disso, essa exigência do governo brasileiro quanto a entrada de famílias japonesas influenciou a diferença que havia na proporção entre homens e mulheres nos dois países, pois no Peru haveria 668 mulheres para 1000 homens entre os imigrantes da primeira geração. Essa diferença não existiria no Brasil, ou entre os descendentes destes imigrantes no Peru. Isso acontecia porque como imigraram para o Peru, na grande maioria, homens solteiros, as mulheres imigrariam se fossem chamadas por questões de casamento, após a conclusão de que o retorno para o Japão não seria tão rápido como se esperava. Assim, o nascimento de pessoas de origem japonesa no Peru só aconteceu muitos anos após o estabelecimento destes imigrantes no país, fazendo com que os filhos se identificassem mais com a cultura peruana do que a com japonesa, muito distante do seu dia-a-dia (SAITO, 1973, pp. 525-526).

No Brasil, por outro lado, na composição familiar havia uma faixa etária acima dos 40 anos que seria uma camada “japonesa”, pois foram educados no Japão e seguiam uma religião japonesa. Havia uma segunda camada de pessoas entre 25 e 40 anos, ou seja, que nasceram no Japão e vieram para o Brasil muito novas ou que nasceram aqui logo após a chegada de seus pais, esta seria chamada a “camada marginal”. E, os jovens de até 25 anos, que seriam a camada “brasileira”, sendo todos nascidos aqui, tendo educação e religião brasileiras (IZUMI & SAITO, 1953, pp. 207). Entre as pessoas da camada marginal prevaleceria a dualidade da cultura japonesa e brasileira, pois eles teriam crescido e sido educados em contato intenso com ambas. Contudo, eles tenderiam a escolher seguir os padrões do “grupo” brasileiro, por ser ele que possui tais características em território nacional. De acordo com Stonequist, o grupo marginal de uma comunidade seria o ideal para ser observado ao se estudar a

³ De acordo com uma pesquisa apresentada por Saito em 1960, de 139 imigrantes japoneses que teriam chegado ao Brasil na primeira fase da imigração, 14 teriam retorno entre 1914 e 1924, e nove entre 1924 e 1934. Entre os 23 retornados, 14 o fizeram depois de acumularem uma determinada quantia de dinheiro; cinco após ficarem viúvos; e, os outros quatro por terem “fracassado” e desistido de morar no Brasil (SAITO, 1960b, 253).



assimilação do grupo, pois seria na sua mente que aconteceriam fusões e mudanças culturais (1935, pp. 12). Assim, existência desta camada marginal no Brasil, mas não no Peru, só existiriam por causa da exigência do governo brasileiro em relação a composição da família imigrante japonesa que poderia entrar no país.

Em relação a distribuição espacial nos países adotivos, em 1960, havia cerca de 45 mil imigrantes japoneses e descendentes no Peru, sendo que 83% concentravam-se na região de Lima-Callao, 2% em outros centros urbanos⁴, e 15% no meio rural. Nesta mesma época, no Brasil, calcula-se que havia cerca de 500 mil, sendo que 75% estavam no estado de São Paulo e 15% no Paraná. E, ainda, 45% vivia no meio urbano, e 55% no meio rural. Há, assim, uma diferença significativa no que se refere a fixação ocupacional destes imigrantes nos dois países, pois no Brasil, por mais que a quantidade de pessoas de origem japonesa nos centros urbanos fosse alta, a atividade agrícola prevalecia (SAITO, 1973, pp. 525). Isso acontecia, provavelmente, porque no Brasil seria mais fácil se tornar proprietário de terras do que no Peru, visto que neste último o imigrante chegava ocupando a categoria de trabalho mais baixa que haveria nas *haciendas*, trabalhando junto com os *peones*, segundo Saito. No Brasil, como o autor mostra em seu livro de 1961, a grande maioria dos imigrantes japoneses chegava como colonos, e havia conseguido ascender socialmente e se tornado proprietária de terras, sendo mais comum seus filhos mudarem para os centros urbanos para estudarem ou trabalharem em algo diferente da atividade agrícola (SAITO, 1961).

Essa diferença fica ainda mais evidente quando comparamos os dados referentes a ocupação destes imigrantes por setores de atividades. Em 1922, no Peru, 32,2% trabalhavam no Setor Primário; 7,5% no Secundário; e 60,3% do Terciário. Em 1960, 25% das pessoas de origem japonesa trabalhavam no Setor Primário; 8,2% no Secundário; e 66,8% no Terciário. Havia, assim, já na década de 1920, uma concentração de trabalhadores no pequeno comércio, o que, segundo Saito, provocava competição e conflitos com os comerciantes locais. Em 1932, no Brasil, 93,3% dos imigrantes japoneses trabalhavam no Setor Primário; 2,2% no Secundário; e 4,2% no Terciário. Esses dados mudam consideravelmente em 1960, quando 55% estavam no Setor Primário; 9% no Secundário; e 36% no Terciário. Há, portanto, em 1960, ainda uma alta concentração na atividade agrícola, mas também um aumento muito grande de pessoas de origem japonesa em atividades comerciais e de serviços, especialmente nas cidades (SAITO, 1973, pp. 526-527).

Em relação a estrutura organizacional dos imigrantes japoneses no Peru, Saito destaca que haveria neste país uma tendência a criação de associações de acordo com as províncias de origem dos imigrantes no Japão, o que não acontecia no Brasil. Aqui, a tendência eram as associações serem criadas de acordo com os grupos locais, independente da origem destes imigrantes no Japão. No Peru, essa concentração por província de origem fortalecia laços de solidariedade e o controle interno do grupo, dificultando o contato com a população local. Associações de outros tipos não eram frequentes, mas existia uma

⁴ Estes outros centros urbanos seriam, principalmente, Trujillo, Ica, Pisco, Arequipa e Cuzco (SAITO, 1973, pp. 525).



organização econômico-financeira que se destaca, a chamada Club de Ahorro. Esta teria como principal função administrar um sistema de crédito fechado, poupança e outras transações financeiras exclusivamente dentro da comunidade japonesa (SAITO, 1973, pp. 527-528).

No Brasil, como as associações eram formadas de acordo com as comunidades onde os grupos imigrantes estavam, estas tinham relações mais frouxas, tendo em vista que as mobilidades espaciais eram frequentes, havendo constantes mudanças dos seus membros. O grau de integração social das associações dependia de comunidade para comunidade e das distâncias destas com os meios urbanos, mas elas conseguiam, principalmente nas primeiras décadas da imigração, manter um alto controle social e a presença de traços da cultura japonesa. Nas cidades, as associações tinham relações ainda mais frouxas, especialmente por conta do contato mais intenso que o imigrante tem com a sociedade dominante nestes locais, pois ele trabalha lado a lado com os moradores locais no meio urbano e não mais numa colônia agrícola com outros japoneses. Por fim, não havia no Brasil uma instituição econômica dos imigrantes japoneses, o que significa que a vida econômica destas pessoas estaria ligada à sociedade dominante (SAITO, 1973, pp. 529-530).

Considerações finais

Considerando as questões apresentadas por Saito, conclui-se que a motivação dos imigrantes japoneses no Peru e no Brasil era a mesma: emigrar para acumular capital e retornar para melhorar a vida de sua família no Japão. Contudo, para o Peru imigraram homens solteiros que tinham o objetivo de retorno rápido e mais facilidade de mudarem de ocupação e residência, e para o Brasil foram famílias inteiras, o que encarecia tanto a viagem como o custo de permanência no país, e conseqüentemente a possibilidade de acúmulo de dinheiro para retornar para o Japão. Apesar destas diferenças, em ambos os países o retorno era raro, principalmente por causa das más condições de trabalho e dos baixos salários.

Ainda, no Brasil, os imigrantes japoneses tenderiam a se integrar mais a sociedade brasileira, especialmente nos centros urbanos, enquanto que no Peru eles ficariam mais fechados dentro das colônias. Mesmo no meio urbano peruano, este isolamento se manteria em relação à sociedade local, sendo fortalecido ainda por conta do preconceito e dos conflitos que havia com os comerciantes locais. Estes conflitos eram gerados, principalmente por conta das competições comerciais entre japoneses e peruanos, visto a grande concentração destes estrangeiros no Setor Terciário da economia peruana.

De modo algum, isso significa dizer que o processo de assimilação dos japoneses no Brasil foi fácil e no Peru difícil, apenas que no Brasil haveria um campo mais fértil para esta assimilação. Não é o objetivo de Saito neste trabalho mostrar todas as etapas dos processos de assimilação nos dois países, e sim comparar as características gerais dos dois grupos e os seus níveis de integração à sociedade adotivas. Apesar das diferenças entre os dois países, concluiu-se que as motivações, as dificuldades e os mecanismos de adaptação foram parecidos nos dois lugares. Isto é, ambos os grupos objetivavam



acumular recursos e retornar para o Japão rapidamente, passaram por dificuldades de adaptação, especialmente no que diz respeito na relação com a sociedade local, e tentaram manter vivas suas culturas de origem, criando, por exemplo, associações cujas algumas das responsabilidades eram organizar festas nacionais do país de origem e ensinar a língua japonesa para os mais novos.

O fato de o imigrante japonês estar mais integrado a sociedade brasileira se deve a alguns fatores, sendo os principais referentes a regras do próprio governo brasileiro, como por exemplo em relação a entrada de famílias e a distribuição dos grupos pelo território nacional. No Brasil, a imigração serviria para povoar o território nacional e trabalhar nas lavouras de café, ela não era para ser temporária, como os japoneses gostariam, e a distribuição destes imigrantes no país seguia determinações de colonização especificadas pelo governo brasileiro. Sendo assim, os imigrantes japoneses não se concentravam necessariamente em grupos de origem, e sim em grupos aleatórios, diminuindo os seus traços de identificação uns com os outros, o contato com a cultura japonesa e aumentando mais a possibilidade de integração à sociedade brasileira, diferentemente do que aconteceu no caso peruano.

Bibliografia

CASTRO, Marco Luiz de. Entre o Japão e o Brasil: a construção da nacionalidade na trajetória de vida de Hiroshi Saito. 1994. 240 f. *Dissertação (Mestrado)* - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

IZUMI, Seiichi. SAITO, Hiroshi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. *Sociologia*, v. 15, n. 3, 1953.

NOGUEIRA, Oracy. A sociologia de Hiroshi Saito. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 3-3. 17 nov. 1983.

PIERSON, Donald. *Resenhas Bibliográficas: O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. Pelo Professor Hiroshi Saito Ph. D. São Paulo: Editora 'Sociologia e Política', 1961. 238 págs., com capa de Yuji Tamaki. *Sociologia*, v. 25, n. 2, p. 163 - 169, 1963.

SAITO, Hiroshi. A imigração e os problemas de população no Japão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Ano XIII, n. 272, 1958b (outubro), pp. 14-22.

SAITO, Hiroshi. A família do imigrante japonês para o Brasil. *Sociologia*, v. 22, n. 1, p. 12-28, 1960a.

SAITO, Hiroshi. Mobilidade de ocupação e de status de um grupo de imigrantes. *Sociologia*, v. 22, n. 3, 1960b.



SAITO, Hiroshi. *O cooperativismo na região de Cotia: Estudo de transplantação cultural*. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1956.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAITO, Hiroshi. MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

SAKURAI, Celia. 2000. Imigração tutelada, os japoneses no Brasil. *Tese de Doutorado* apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

STONEQUIST, Everett. The Problem of the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 41, n. 1, Jul., 1935, pp. 1-121.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy; JESUS, Matheus Gato de. Sociologie de l'immigrant: Hiroshi Saito et l'institutionalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-1960). *Brésil(s)*, v. 2, p. 201-224, 2012.

WILLEMS, Emílio. SAITO, Hiroshi. *Shindô-Renmei: um problema de aculturação*. *Sociologia*, v. 9, n. 2, p. 133-152, 1947.